

# **Demonstrações Financeiras Interligação Elétrica Garanhuns S/A**

31 de dezembro de 2012 e 2011  
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras

# Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

## Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras ..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados .....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Interligação Elétrica Garanhuns S/A**  
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Garanhuns S/A (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício e período de 100 dias findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S/A em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e período de 100 dias findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife (PE), 31 de janeiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015.199/O-6-F-PE



Francisco da Silva Pimentel  
Contador CRC – 1SP 171.230/O-7-T-PE

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
			(Reclassificado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	<b>187</b>	2
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras	4	<b>43.654</b>	1.570
Tributos a recuperar	5	<b>88</b>	-
Outros créditos		<b>28</b>	-
Despesas antecipadas		<b>158</b>	171
		<b>44.115</b>	1.743
Não circulante			
Despesas antecipadas		<b>106</b>	265
Contas a receber (ativo de concessão)	6	<b>54.767</b>	-
Imobilizado		<b>209</b>	-
		<b>55.082</b>	265
Total do ativo		<b>99.197</b>	2.008

	<b>Nota</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		<b>446</b>	-
Tributos a recolher	5	<b>13</b>	-
Outros		<b>145</b>	-
		<b>604</b>	-
Não circulante			
Debêntures	7	<b>62.708</b>	-
PIS e COFINS diferidos	8	<b>5.066</b>	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	<b>276</b>	-
		<b>68.050</b>	-
Patrimônio líquido	10		
Capital social		<b>30.001</b>	2.001
Reserva de lucros		<b>542</b>	7
		<b>30.543</b>	2.008
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>99.197</b>	2.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e período de 100 dias findo em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita operacional líquida	11	<b>49.701</b>	-
Custo dos serviços de construção	12	<b>(48.963)</b>	-
Lucro bruto		<b>738</b>	-
Despesas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas		<b>(9)</b>	-
Lucro antes do resultado financeiro		<b>729</b>	-
Resultado financeiro	13		
Receita financeira		<b>547</b>	7
Despesa financeira		<b>(465)</b>	-
		<b>82</b>	7
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>811</b>	7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	<b>(276)</b>	-
Lucro líquido do exercício / período		<b>535</b>	7
Lucro básico e diluído por ação ao final do período – em Reais		<b>0,018</b>	0,003
Quantidade de ações		<b>30.001.000</b>	2.001.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e período de 100 dias findo em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício / período		<b>535</b>	7
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício / período		<u><b>535</b></u>	<u>7</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e período de 100 dias findo em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	
Constituição e integralização de capital em 22 de setembro de 2011	1	-	-	-	-	1
Integralização de capital (Nota 10)	2.000	-	-	-	-	2.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	7	7
Destinação do lucro (Nota 10):						
Reserva legal	-	1	-	-	(1)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	2	(2)	-
Retenção de lucros	-	-	4	-	(4)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.001	1	4	2	-	2.008
Aumento de capital social (Nota 10)	<b>28.000</b>	-	-	-	-	<b>28.000</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	<b>535</b>	<b>535</b>
Destinação do lucro (Nota 10):						
Reserva legal	-	<b>27</b>	-	-	<b>(27)</b>	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	<b>127</b>	<b>(127)</b>	-
Retenção de lucros	-	-	<b>381</b>	-	<b>(381)</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<b>30.001</b>	<b>28</b>	<b>385</b>	<b>129</b>	-	<b>30.543</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e período de 100 dias findo em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<b>535</b>	7
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	<b>10</b>	-
PIS e COFINS diferidos	<b>5.066</b>	-
Encargos financeiros provisionados	<b>448</b>	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>276</b>	-
	<b>6.335</b>	7
Decréscimo (acrécimo) de ativos		
Impostos a recuperar	<b>(88)</b>	-
Outros créditos	<b>(28)</b>	-
Despesas antecipadas	<b>173</b>	(436)
Contas a receber (ativo de concessão)	<b>(54.767)</b>	-
	<b>(54.710)</b>	(436)
Acrécimo de passivo		
Fornecedores	<b>446</b>	-
Tributos a recolher	<b>13</b>	-
Outros	<b>145</b>	-
	<b>604</b>	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<b>(47.771)</b>	(429)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	<b>(42.085)</b>	(1.570)
Aplicações no imobilizado	<b>(219)</b>	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>(42.304)</b>	(1.570)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	<b>28.000</b>	2.001
Debêntures	<b>62.260</b>	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<b>90.260</b>	2.001
Acrécimo no caixa e equivalentes de caixa	<b>185</b>	2
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalente de caixa		
Saldo no início do exercício	<b>2</b>	-
Saldo no final do exercício	<b>187</b>	2
Acrécimo no caixa e equivalentes de caixa	<b>185</b>	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Interligação Elétrica Garanhuns S/A – (a “Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infra-estrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL. A Companhia encontra-se atualmente em fase pré-operacional, com previsão para iniciar suas operações em junho de 2014.

Pelo Contrato de Concessão nº 22/2011, de 30 de novembro de 2011, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as seguintes instalações de transmissão:

- LT 500 kV Luis Gonzaga - Garanhuns – 2º circuito, com origem no Estado do Alagoas e término no Estado de Pernambuco, com extensão de 224 km;
- LT 500 kV, Garanhuns - Pau Ferro – circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 239 km;
- LT 500 kV, Garanhuns – Campina Grande III – circuito simples, com origem no Estado de Pernambuco e término no Estado da Paraíba, com extensão de 190 km;
- LT 230 kV, Garanhuns – Angelim I – circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 13 km;
- Seccionamento das LT 500 kV Angelim II – Recife - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 166 km (2 x 83 km);
- Seccionamento da LT 500 kV Luis Gonzaga - Angelim II - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 6 km (2 x 3 km);
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C4 - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km);
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km);
- SE Garanhuns 500/230 kV – 600 MVA, no Estado de Pernambuco; e
- SE Pau Ferro 500/230 kV – 1500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco.

# Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional--Continuação

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir de 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Número	Contrato de concessão			
	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
022/2011	30	22/09/2041	68.900	IPCA

(\*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em Nota 6.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis

### 2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Durante o exercício corrente, a Companhia reclassificou despesas antecipadas no valor de R\$ 265 do ativo circulante para o não circulante, no balanço patrimonial de 2011, para melhor comparabilidade com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 31 de janeiro de 2013.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

##### a. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

##### b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados relevantes estão relacionadas aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo financeiro, determinação das receitas de construção, definição da taxa efetiva de juros do ativo financeiro, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas, quando existentes.

##### *Contabilização de contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)*

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para os contratos de concessão da Companhia e suas características estão demonstrados nas notas explicativas 2.1 e 6.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

##### b. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas—Continuação

###### *Momento de reconhecimento do ativo financeiro*

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização será reconhecido quando a construção for finalizada, sendo incluído como remuneração dos serviços de construção.

###### *Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro*

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Esta taxa de juros é determinada por contrato de concessão, podendo ser fixa ou variar conforme novos investimentos. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos, receitas ou taxa de juros, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

###### *Determinação das receitas de construção*

Quando a concessionária presta serviços de construção é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado, dessa forma, por consequência, apura margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

##### b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infra-estrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

##### *Valor do ativo indenizável*

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores contábeis, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas demonstrações financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 (IFRIC 12 e OCPC 05). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

As receitas da Companhia são:

*Receita de construção*

Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção, considerando que suas instalações são construídas através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

*Receita financeira*

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva, sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro.

c. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

##### c. Tributos diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

O PIS e a COFINS diferidos incidem sobre a receita de construção e financeira que remunera o ativo financeiro. O recolhimento de tais tributos ocorrerá quando a Companhia tiver suas atividades em operação e ocorrer o efetivo faturamento da RAP e, conseqüente, a amortização do ativo financeiro.

##### d. Instrumentos financeiros

###### Ativos financeiros

###### *Classificação e mensuração*

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment* (redução do valor recuperável do bem ativo).

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

##### d. Instrumentos financeiros--Continuação

###### Ativos financeiros--Continuação

###### *Classificação e mensuração*--Continuação

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

###### *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado do exercício.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

##### d. Instrumentos financeiros--Continuação

###### Ativos financeiros--Continuação

###### *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado--Continuação*

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e as aplicações financeiras.

###### *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

##### d. Instrumentos financeiros--Continuação

###### Ativos financeiros--Continuação

###### *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

###### *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

##### d. Instrumentos financeiros--Continuação

###### Ativos financeiros--Continuação

###### *Empréstimos e recebíveis*--Continuação

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendia, as contas a receber (ativo financeiro da concessão).

###### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Durante o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração não identificou evidência objetiva de redução ao valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a constituição de provisão.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

##### d. Instrumentos financeiros--Continuação

###### Ativos financeiros--Continuação

###### *Baixa de ativos financeiros*

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Companhia. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Quando da baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulados será reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio. Durante o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2012, não ocorreram baixas de ativos financeiros que impactaram os direitos contratuais.

###### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

##### e. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

##### f. Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários no reconhecimento inicial, com base na estratégia da Administração para esses títulos, sob as seguintes categorias: i) títulos para negociação, ii) títulos disponíveis para venda e iii) títulos mantidos até o vencimento. Nos exercícios de 2012 e 2011 a Companhia possuía somente títulos e valores mobiliários na categoria de títulos para negociação.

##### g. Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, inclui os valores a receber referentes aos serviços de construção e da receita financeira, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável, registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão, como já mencionado na nota explicativas 2.1 e 6.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber.

##### h. Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 2 de junho de 2009.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

i. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

j. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja "provável". Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

I. Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

m. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia não possui ajuste a valor presente.

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)

A Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- O concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e,
- O concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

##### n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, tendo por base a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante e como deduções da receita operacional bruta, nas demonstrações de resultados.

#### 2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda estão em vigor

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto relevante nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	187	2
	<u>187</u>	<u>2</u>

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Aplicações financeiras – CDB's	<b>43.654</b>	1.570
	<b>43.654</b>	1.570

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados por aplicações em CDB – Certificados de depósitos Bancários, todos com vencimento superior a 90 dias, com taxa de remuneração que variam de 90% a 106% do CDI.

### 5. Tributos a recuperar e a recolher

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativo:		
IRRF sobre aplicação financeira	<b>88</b>	-
	<b>88</b>	-
Passivo:		
IRRF a recolher	<b>9</b>	-
ISS a recolher	<b>4</b>	-
	<b>13</b>	-

### 6. Contas a receber (contrato de concessão)

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Receita de construção	<b>53.954</b>	-
Receita financeira	<b>813</b>	-
Não circulante	<b>54.767</b>	-

Refere-se ao valor a receber decorrente dos serviços de construção das linhas de transmissão de energia elétrica. São remunerados à taxa efetiva de juros apurada para o contrato.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Contas a receber (contrato de concessão)--Continuação

A movimentação do contas a receber é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	-
Receita de construção	53.954
Receita financeira	813
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>54.767</u>

### 7. Debêntures

	2012	2011
Passivo		
Não circulante		
Principal	62.531	-
Encargos	418	-
(-) Custos de captação	(241)	-
	<u>62.708</u>	-

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de debêntures e está amortizando nas mesmas bases de amortização das debêntures.

#### Características da oferta:

Debêntures	1ª. Emissão
Série	Única
Data da subscrição	30/10/2012 e 14/12/2012
Vencimento final	18 meses da emissão
Quantidade de títulos emitidos	6.200
Valor nominal unitário	R\$ 10.000,00
Remuneração	106,5% do CDI

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, e não serão conversíveis em ações da Companhia.

A liquidação dos juros e do valor nominal unitário das debêntures será pago em uma única parcela no vencimento final.

A operação está garantida por fiança de acionistas da Companhia, e na proporção de suas respectivas participações societárias.

A partir do 6º mês contado da respectiva data de emissão, as debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela emissora, no todo ou em parte, mediante o pagamento do seu valor nominal, acrescido de remuneração, calculada desde que seus titulares sejam notificados com 10 dias úteis de antecedência da data prevista para o resgate.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Debêntures--Continuação

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2012	2011
2014	62.949	-
	62.949	-

### 8. PIS e COFINS diferidos

As contribuições de PIS e COFINS incidem sobre a receita de construção e financeira, que remunera o ativo financeiro. O total destes tributos é R\$ 5.066 em 31 de dezembro de 2012. O recolhimento ocorrerá quando da entrada em operação da linha, com efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro.

### 9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não apresenta resultados para fins da apuração do imposto de renda e contribuição social corrente por estar em fase pré-operacional. Portanto, o saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente das diferenças temporárias em consequência da aplicação dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC, principalmente da aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão. O montante registrado pela Companhia no passivo por imposto de renda e contribuição social diferidos é de R\$ 276 em 31 de dezembro de 2012. O valor da despesa correspondente é de R\$ 276 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A taxa efetiva apurada está similar à taxa nominal de 34%.

### 10. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$ 200.000.

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 30.001 (R\$ 2.001 em 31 de dezembro de 2011), representado por 30.001.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012 (2.001.000 ações em 31 de dezembro de 2011), sem valor nominal.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Patrimônio Líquido--Continuação

#### a) Capital social--Continuação

Na data de constituição da Companhia, em 22 de setembro de 2011, foi integralizado capital social, em moeda corrente do país, no valor de R\$ 1, conforme aprovado em Ata da Assembléia Geral de Constituição da Companhia. Em 7 de novembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou aporte de capital social, no montante de R\$ 2.000, em moeda corrente do país, conforme Ata da Reunião Extraordinária desta data.

O Conselho de Administração aprovou aporte de capital social no montante de R\$ 28.000, mediante aporte dos acionistas, em moeda corrente do país, conforme aprovado em Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração, datadas de 14 de março, 10 de maio, 14 de junho e 27 de julho de 2012.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

Acionistas	2012		2011	
	Ações	%	Ações	%
CTEEP	15.300.510	51,0	1.020.510	51,0
CHESF	14.700.490	49,0	980.490	49,0
	<b>30.001.000</b>	<b>100,0</b>	<b>2.001.000</b>	<b>100,0</b>

#### a) Reservas de lucros:

- (i) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Durante o exercício corrente, a Administração não propôs o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$ 127 (R\$ 2 em 2011), considerando que a atual situação financeira da Companhia, que encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, sem geração e/ou recebimento de receitas, nos termos do Art. 202, da Lei 6.404/76. Assim, propôs a constituição de reserva especial de dividendos, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira da Companhia.
- (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, estão à disposição dos acionistas para futuras destinações.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Receita operacional líquida

	31/12/12	31/12/11
<b>Receita operacional</b>		
Receita de construção (a)	53.954	-
Receita financeira (b)	813	-
	<b>54.767</b>	-
<b>Tributos sobre a receita</b>		
COFINS	(4.162)	-
PIS	(904)	-
	<b>(5.066)</b>	-
	<b>49.701</b>	-

#### a) Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços de transmissão é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

#### b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

### 12. Custos dos serviços de construção

	2012	2011
Material de construção	(30.861)	-
Estudos e projetos	(12.897)	-
Salários e encargos sociais	(1.633)	-
Outras despesas	(3.572)	-
	<b>(48.963)</b>	-

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Receita e despesa financeira

	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	547	7
	<u>547</u>	<u>7</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas	(10)	-
Tarifas bancárias	(7)	-
Encargos sobre as debêntures	(448)	-
	<u>(465)</u>	<u>-</u>
	<u>82</u>	<u>7</u>

### 14. Partes relacionadas

#### Empresa controladora

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. é controlada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP

#### Entidade com influência significativa sobre a Companhia

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - CHESF

#### Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e sua controlada

Durante o exercício corrente, a remuneração global dos administradores totalizou R\$ 459. No exercício de 2011, não houve pagamento de remuneração aos administradores.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Instrumentos financeiros

#### a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Circulante		
Aplicações financeiras	<b>43.654</b>	1.570
Empréstimos e recebíveis		
Não circulante		
Contas a receber (ativo de concessão)	<b>54.767</b>	-
Passivos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Circulante		
Fornecedores	<b>446</b>	-
Empréstimos e recebíveis		
Não circulante		
Debêntures	<b>62.708</b>	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

#### b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- i. Risco de crédito* - a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de serviços vinculados a rede básica, com cláusula de garantia bancária. Este Contrato terá início quando da entrada em operação das linhas de transmissão.
- ii. Risco de preço* - a receita (Receita Anual Permitida – RAP) da Companhia, a ser obtida a partir da entrada em operação, é, nos termos do Contrato de Concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA no mês de julho de cada ano, tendo como data de referência inicial 02 de setembro de 2011.
- iii. Risco de liquidez* – a principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de aportes de seus acionistas e de financiamentos até a entrada em operação do seu sistema de transmissão de energia.

## Interligação Elétrica Garanhuns S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Gerenciamento de riscos--Continuação

##### **Sensibilidade a taxa de juros**

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia (devido a variações no valor justo das debêntures e aplicações financeiras).

	<b>Variação na taxa CDI</b>	<b>Efeito no lucro antes da tributação</b>
2012	<b>+20%</b>	<b>(79)</b>
	<b>-20%</b>	<b>79</b>
2011	+20%	(6)
	-20%	6

### 16. Seguros

A Companhia contratou o seguro garantia para cobertura pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão n° 022/2011, firmado junto à ANEEL. A vigência do seguro iniciou-se em 20 de novembro de 2011 com vigência até 30 de agosto de 2014, período contratual de construção das instalações de transmissão. A importância segurada total é de R\$ 47.100. O escopo de trabalho de nossos auditores não contempla a avaliação da suficiência da cobertura de nossos seguros.